



**Comissão de Serviços Municipais, Saúde, Educação, Segurança
Pública, Desenvolvimento Econômico e Mercosul**

Documento: Projeto de Lei N.º 114/2022.

Procedência: Poder Executivo Municipal de Uruguaiana

Relator: Vereador José Clemente da Silva Corrêa (PDT)

Assunto: Dispõe sobre a contratação de Médicos para compor as equipes da Estratégia de Saúde da Família – ESF.

DA ANÁLISE

Chegou à Comissão de Serviços Municipais, Saúde, Educação, Segurança Pública, Desenvolvimento Econômico e Mercosul o Projeto de Lei 114/2022, que Dispõe sobre a contratação de Médicos para compor as equipes da Estratégia de Saúde da Família – ESF, de autoria do Poder Executivo Municipal de Uruguaiana, e que objetiva a autorização legislativa para “a contratação, em caráter temporário, por prazo determinado, de até **15 (quinze) Médicos**, com carga horária semanal de 40 horas, com vencimento de R\$ 14.570,00 (quatorze mil, quinhentos e setenta reais) mensais, para compor Equipes de Estratégia de Saúde da Família – ESF.

O Relator verificou que o Poder Executivo Municipal de Uruguaiana destaca uma situação preocupante com relação à falta de médicos para compor as Equipes da Estratégia de Saúde da Família, onde inclusive afirma que *“sabe-se que não será fácil a imediata reposição das 25 vagas que tínhamos no antigo Programa Mais Médicos (PMM), uma vez que nem as 10 vagas ofertadas inicialmente pelo novo Programa Médicos pelo Brasil – PMpB foram preenchidas, tampouco a vaga de médico tutor e a Agência para o Desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde (ADAPS) já está no 7º edital de convocação”*.

Ora, o Relator não poderia desconsiderar que essa situação envolvendo a dificuldade na contratação de médicos para compor Equipes da Estratégia de Saúde da Família (ESF) merece medidas urgentes por parte da Administração Pública



Municipal de Uruguaiana, a fim de que não haja prejuízos ao atendimento à população uruguaianense.

O Ministério da Saúde afirma que a *"Estratégia Saúde da Família (ESF) visa à reorganização da atenção básica no País, de acordo com os preceitos do Sistema Único de Saúde, e é tida pelo Ministério da Saúde e gestores estaduais e municipais como estratégia de expansão, qualificação e consolidação da atenção básica por favorecer uma reorientação do processo de trabalho com maior potencial de aprofundar os princípios, diretrizes e fundamentos da atenção básica, de ampliar a resolutividade e impacto na situação de saúde das pessoas e coletividades, além de propiciar uma importante relação custo-efetividade"* (Ministério da Saúde - <http://aps.saude.gov.br/ape/esf/>), demonstrando a relevância dessa política pública de saúde para o atendimento à população, a promoção da saúde e a redução de risco de doenças aos cidadãos.

É necessário destacar que o art. 196, da Constituição da República Federativa do Brasil (1988) afirma categoricamente que a "saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação", o que impõe ao Poder Executivo Municipal de Uruguaiana a adoção de medidas que garantam esse direito ao povo uruguaianense.

Além disso, o Relator destaca que, lamentavelmente, o Programa Médicos pelo Brasil – PmpB, instituído em 2019, pelo Governo Federal, desconsiderou a realidade e o contexto do município de Uruguaiana, e resultou na "diminuição de 15 vagas no novo Programa" em relação ao Programa anterior (Programa Mais Médicos) e isso, evidentemente, causa sérias dificuldades à Administração Pública Municipal de Uruguaiana e impacta o atendimento à população uruguaianense.

É fundamental considerar que a proposição contida no Projeto de Lei nº 114/2022 está em sintonia com interesse público e, objetiva, amenizar os graves impactos causados pela ausência de uma política nacional de saúde que perceba e leve em conta as necessidades e as dificuldades dos municípios brasileiros afastados grandes centro metropolitanos.



Da mesma forma, o Relator não pode desconsiderar que os constantes e reiterados pedidos de autorização legislativa por parte do Poder Executivo Municipal de Uruguaiana para contratação de médicos, enfermeiros, técnicos em enfermagem, fisioterapeutas e farmacêuticos sinalizam claramente que o Poder Executivo Municipal de Uruguaiana deve demandar esforços urgentes para a realização de Concurso Público Municipal para área de saúde.

O Relator recomenda, ao Poder Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal de Saúde, que realize planejamento, incluindo previsão orçamentária, para a realização de Concurso Público, a fim que a rotatividade de profissionais de saúde não interfiram na eficiência da política municipal de saúde e/ou dificultem a continuidade de programas e ações na área de saúde.

DO PARECER

Em razão do atendimento ao interesse público e da necessidade urgente de se manter a continuidade do atendimento à população uruguaiense através das Equipes de Estratégia de Saúde da Família, o Relator é de parecer **FAVORÁVEL** ao Projeto de Lei nº 114/2022, de autoria Poder Executivo Municipal de Uruguaiana.

Uruguaiana, 29 de agosto de 2022.

Vereador José Clemente da Silva Corrêa

Bancada do PDT

DE ACORDO

CONTRÁRIO